

Coluna do Castello

25 SET 1988
Dois tempos na história do país

Algumas diferenças entre as constituintes de 1946 e de 1988 devem ser anotadas. A primeira reuniu-se quando já havia um presidente da República eleito pelo voto popular na mesma eleição que escolheu os membros da Assembléia. A segunda teve de conviver com um presidente imposto pelo processo de transição comandado ainda pelo sistema militar, intolerante com o preceito da eleição direta. Isso marcou os trabalhos de cada uma e está marcando o seu desfecho. Agora arma-se uma festa nacional, com ponto facultativo, programa de visitas aos estados, uma cópia andante do novo texto a ser exibido país a fora, tudo confluindo para propiciar a candidatura do seu presidente à sucessão presidencial de 1989. O ato da promulgação e a campanha de preservação da nova Carta tornam-se instrumentos da campanha política. Em 46, houve apenas um comentário de Aliomar Baleeiro: "Vamos à livreria comprar os comentários do Pontes de Miranda".



Em 1946 o presidente da Constituinte era o senador Fernando Melo Viana, representante da política mineira da qual era antes uma figuração caricata do que uma extração autêntica. Na realidade as lideranças naquele momento eram exercidas por Nereu Ramos, em nome da maioria integrada pelo PSD e pelo PTB, e Octávio Mangabeira, expressão da resistência liberal à ditadura do Estado Novo. Duas outras presenças marcavam os trabalhos constituintes. A de Luís Carlos Prestes, símbolo de uma luta legendária de libertação popular, e a de Getúlio Vargas, mais visível pela ausência do que pela presença, herói nas ilusões trabalhistas, algoz da democracia e vítima dos ressentimentos das elites nacionais.

A eleição do presidente Dutra, ocorrida meses antes como desfecho de intensa campanha liberal, decepcionara as forças hostis à ditadura. Tratava-se do militar cuja espada fora posta a serviço do golpe de 1937, sustentado pela máquina montada em cada estado pelos agentes da ditadura, vitorioso afinal pela chancela do ex-ditador que mobilizara as inclinações populares que o distinguiam em favor do seu antigo ministro da Guerra. Mas Dutra, astuto e modesto, soube comportar-se com a situação. Declinou de um ano de mandato (eram inicialmente seis, como agora). Compôs-se com a oposição comandada pela UDN, negociando um pacto por intermédio de Mangabeira e Juracy Magalhães, ganhando mãos livres para devolver à clandestinidade o Partido Comunista. Para tanto armara-se na Constituinte manobra para aprovar emenda de Clemente Mariani, que abria a porta para por o PCB fora da lei.

Em 1987-88 a frustração da campanha da direta e a morte de Tancredo Neves armaram o PMDB, partido vitorioso, para abrir um contencioso contra o presidente. Desde o primeiro momento assinalaram-se tentativas de transferir o exercício do poder da Presidência para a Assembléia, mediante a adoção de "atos constitucionais", réplica esquerdista dos atos institucionais da ditadura militar. O conflito iria caracterizar-se contudo na definição do mandato de José Sarney. Apesar de ter sido da sua iniciativa a convocação da Constituinte, o presidente foi induzido à condição de seu contendor. Teve de lutar por um mandato de cinco anos, desgastando-se a si e à Constituinte, cuja vocação parlamentarista, identificável no texto que vingou, foi frustrada pela associação dos cinco anos ao presidencialismo.

As guerrilhas sucederam-se, vinculando-se o Palácio do Planalto às teses conservadoras em luta contra as tendências da Assembléia de atender a reivindicações sociais e de política econômica. Essa luta foi até o final e seu último capítulo foi o duelo de discursos entre Sarney e Ulysses sobre a tese da ingovernabilidade do país em função do texto constitucional. Em 1946, as aspirações eram mais políticas do que sociais e econômicas. O grande déficit nacional na época era o de liberdade. A ditadura montara uma infraestrutura de leis sociais que sustentavam a popularidade do ditador, também voltado para a emancipação econômica.

A vitória das democracias na guerra mundial, numa demonstração de vitalidade das nações democráticas associadas ao socialismo soviético, inscrevia-se na alma do povo como sinal de esperança e de paz. Internamente a ditadura fora removida por uma operação militar realizada com forte apoio político e de opinião e havia razões para se confiar numa vida democrática a ser aberta com a eleição e a elaboração da nova Constituição. A Constituinte era uma parte do processo e a emoção a precedera. A desilusão veio depois. Agora, as esperanças vão conosco à frente...

Essa circunstância e a expectativa de que a eleição presidencial de 89 completará a abertura tornam esse pós-Constituinte tão diferente do de 46. O herói é o presidente da Constituinte, que lutou contra os percalços para gritar: "Chegamos". O vilão é o presidente que a convocou mas que a criticou e lutou contra vários de seus dispositivos. E a tal ponto que corre o risco de, na festa do dia 5, que o Sr. Ulysses Guimarães quer fazer com a presença do povo, ser hostilizado e vaiado. Pouco importa que em 86 ele tenha sido o grande eleitor do PMDB.

O clima de regozijo é de tal ordem, entre os constituintes, que um deles, o senador Jarbas Passarinho, adverte que ninguém poderá insurgir-se contra a Constituição, "quem quer que seja". O senador, como sabem, insurgiu-se em 1964 contra a Constituição de 1946 e em 1968 contra a Constituição de 1967. Mas agora é porta-voz de nova fé. Respeitemo-lo. Que ninguém queira insurgir-se contra a Carta do Dr. Ulysses.

Carlos Castello Branco